



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPOS I-CAMPINA GRANDE/PB
GESTÃO PÚBLICA TECNOLÓGICA**

DIONÉRIA ALVES RODRIGUES

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E A QUALIDADE DE ENSINO NA ESCOLA
ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO BARTOLOMEU
MARACAJÁ, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS-PB.**

**CAMPINA GRANDE/PB
2020**

DIONÉRIA ALVES RODRIGUES

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E A QUALIDADE DE ENSINO NA ESCOLA
ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO BARTOLOMEU
MARACAJÁ, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS-PB.**

Artigo apresentado ao curso de Gestão Pública Tecnológico – UEPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Gestora Pública.

Orientador: Professor: José Luciano Albino Barbosa.

**CAMPINA GRANDE/PB
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

R096g Rodrigues, Dioneria Alves.
Gestão democrática e a qualidade de ensino na escola estadual de ensino fundamental e médio Bartolomeu Maracajá, município de São José dos Cordeiros-Pb [manuscrito] / Dioneria Alves Rodrigues. - 2020.
16 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em Gestão Pública - Tecnológico) - Universidade Estadual da Paraíba, EAD - Campina Grande , 2021.
"Orientação : Prof. Dr. José Luciano Albino Barbosa , UEPB - Universidade Estadual da Paraíba ."
1. Gestão democrática. 2. Qualidade de ensino. 3. Desafios escolares. I. Título
21. ed. CDD 371.201

DIONÉRIA ALVES RODRIGUES

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E A QUALIDADE DE ENSINO NA ESCOLA
ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO BARTOLOMEU
MARACAJÁ, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS-PB.**

Artigo apresentado ao curso de Gestão Público Tecnológico – UEBP, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Gestora Pública.

Orientador: Professor José Luciano Albino Barbosa.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Drº José Luciano Albino Barbosa
Membro Orientador (UEPB)



Prof. Drº Antônio Roberto Faustino da Costa
Membro da Banca (UEPB)



Prof. Drº Cidoval Morais de Souza
Membro da Banca (UEPB)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 GESTÃO DEMOCRÁTICA E A QUALIDADE DO ENSINO.....	7
2.1 Descrição da Escola Bartolomeu maracajá quanto à prática de gestão democrática	12
2.2 Desafios da escola em tempos de pandemia	13
3 METODOLOGIA.....	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
REFERÊNCIAS.....	15

GESTÃO DEMOCRÁTICA E A QUALIDADE DE ENSINO NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO BARTOLOMEU MARACAJÁ, MUNICÍPIO DE SÃO JOSE DOS CORDEIROS - PB.

Dionéria Alves Rodrigues¹

RESUMO

O presente trabalho discute a gestão democrática escolar e a qualidade do ensino, enfatizando as dificuldades encontradas na diversidade do ambiente escolar. Será que as escolas adotam a forma de gestão democrática como meio de desenvolvimento escolar? O objetivo geral desta pesquisa é avaliar a gestão democrática. Neste caminho, tem como objetivos específicos, compreender as contribuições para a qualidade do ensino; identificar a forma de trabalho em conjunto e sua importância para o desenvolvimento escolar, e, como a mesma analisa o projeto político pedagógico para evolução do ensino. A abordagem metodológica se deu de forma descritiva e qualitativa, a partir de materiais bibliográficos já produzidos e realidades observadas no dia a dia escolar. Os resultados desta pesquisa demonstram que o gestor, em condições democráticas, tem grande influência no avanço da comunidade escolar, sendo ele ponto fundamental para as ações e resultados dos projetos propostos e seguidos de acordo com as normas existentes nas Leis que regem a educação.

Palavras-chave: Gestão democrática, Qualidade de ensino, Desafios escolares.

ABSTRACT

This paper discusses democratic school management and the quality of teaching, emphasizing the difficulties encountered in human diversity. Was that the schools take the form of democratic management as a means of developing school? The objective of this research is to evaluate the democratic management and their contributions to the quality of teaching and identify how to work together and their importance to the school development, and as the same analyze pedagogical political project for development of education. The methodological approach took place in a descriptive and qualitative way from bibliographic materials already produced and realities of everyday school day. The results of this research demonstrate that the manager has great influence in the advancement of the school community and it fundamental point for the actions and results of the proposed projects and secured in accordance with the existing rules in the Laws governing education.

Keyword: Democratic management, Quality of teaching, School challenges.

¹ Graduada no curso de Gestão Pública – Tecnólogo- pela Universidade Estadual da Paraíba.
Dionoreia.alves@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A educação é uma prática social que vem estruturar a vida humana. Ao nascer, o sujeito é um ser racional, e através da escola, se prepara para a vida em sociedade, ou seja, a escola educa a pessoa para a vida, assim como o núcleo familiar também tem essa função, porque é por meio da família e do Estado que a criança se insere na escola. Portanto, ela - a escola - é formada por um conjunto de pessoas em busca de formar cidadãos. Por isso, precisa o projeto escolar ser muito bem estruturado. Durante anos, a comunidade escolar buscou elementos para seu desenvolvimento, até que percebeu a força da união, dando a ideia da forma de trabalho sob a participação e avaliação de sugestões.

Ademais, a gestão democrática é um tema bastante discutido atualmente. Sendo assim, as escolas que atuam com essa prática fielmente estão cumprindo com as exigências contidas nas leis que regem a educação, como também dando a oportunidade para que todos que a compõem tenham o direito de exercer sua cidadania através da expressão, contribuindo para a evolução da entidade. Partindo desta visão, a gestão democrática vem somar frente ao ensino, possibilitando novos desafios numa educação que exige mais de todos no contexto atual.

Portanto, indagam-se as escolas públicas sobre o sistema de gestão democrática e a qualidade de ensino. Após estudo das leis que garantem a gestão democrática nas instituições de ensino, dando ênfase aos autores que defendem essa forma de trabalho, buscou-se analisar como é vista essa maneira de atuação perante os gestores e demais membros que compõem a escola, ação que deu origem à seguinte questão: As escolas do município de São José dos Cordeiros adotam a gestão democrática? De que forma essa prática acontece?

Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa é analisar uma experiência de gestão democrática, e de modo específico investigar as contribuições para a qualidade do ensino na escola; e, além disso, identificar se nela existe a forma de trabalho em conjunto e a sua relevância para o desenvolvimento escolar, observando, ainda, como a mesma analisa o projeto político pedagógico para evolução do ensino.

Também foi proposta deste trabalho observar a escola Bartolomeu Maracajá e a importância da gestão democrática, já que essa prática é garantida por todas as normas educacionais e especificada em leis que são uma das mais importantes do País pela Constituição Federal de 1988: a Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Trata-se de importantes documentos que todos os gestores e professores precisam conhecer com profundidade, para, assim, perceberem que a escola é formada por diferentes indivíduos que apresentam possíveis carências de possuir uma maneira de planejar, organizar, guiar e coordenar o processo educativo. Durante a execução deste trabalho houve a necessidade de investigar como está sendo a forma de ensino em tempos de pandemia sanitária do novo Coronavírus. Justifica-se o tema apresentado por ser um assunto indispensável para uma boa administração como também o cenário que a educação está enfrentando nesses tempos de pandemia. Portanto, a elaboração deste artigo seu de modo bastante fidedigno e por vias do conhecimento adquirido através da experiência já vivida, diante da indispensável investigação e ferramentas pesquisadas.

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de investigação de material bibliográfico e estudo de caso. Na pesquisa de campo, investigou-se a prática da gestão democrática na escola Bartolomeu Maracajá e os desafios que a escola tem enfrentado em tempos de pandemia.

2 GESTÃO DEMOCRÁTICA E A QUALIDADE DO ENSINO

A escola passou por várias alterações ao longo dos anos e vem ganhando espaços bem significativos para o desenvolvimento da educação, principalmente na rede pública, haja vista a constante necessidade de mudanças para melhorias na qualidade do ensino.

A gestão democrática foi implantada após a Constituição Federal de 1988, e determina todos os direitos e deveres dos cidadãos residentes em território brasileiro. Construída após a ditadura militar, foi promulgada somente no dia 05 de outubro de 1988, no início da Nova República. Esta carta magna é a base para toda tomada de decisões no âmbito de todos os poderes, sejam eles Executivos, Legislativos e Judiciários. Todos devem estar em consonância com as orientações nela especificadas. Sendo assim, ela é vigente até os dias atuais. Sua elaboração durou cerca de um ano e oito meses, ou seja, trata-se de um texto muito bem estruturado, com a participação de vários seguimentos, sejam eles entidades, sociedade e sociedade civil organizada, tornando-se, assim, um grande marco para o País.

O intuito foi trazer avanços para todas as esferas e garantir direitos iguais a todos os cidadãos brasileiros. Tudo o que nela está contido veio em benefício do povo, e que é devidamente correto, ficando conhecida como a Constituição Cidadã. Compreendendo os direitos, buscou-se olhares para educação que, antes, os sistemas educacionais e o estado não se preocupavam, mais especificamente com as formas de trabalho na área educacional, dando importância apenas à disponibilidade do ensino, sem dar ênfase a vários requisitos indispensáveis para evolução; o profissional era um deles, ou seja, a pessoa que fosse alfabetizada com ensino fundamental e médio poderia lecionar. Nos dias atuais, os profissionais de educação precisam ser graduados, assim como lecionar nas disciplinas adequadas à sua formação.

Foi após a estabilização da Constituição que se buscou melhorias para a educação, uma vez que, antes, o governo não defendia a educação como direito do estado. A intenção era dividir os custos entre família e a sociedade. Esse método perdeu forças e não obteve rendimentos, porque a Constituição de 1988, no seu art. 205, e a LDB, no seu Art. 2º, tornou lícito que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Portanto, as leis que regem a educação a transformaram em dever de todos: Estado, família e sociedade. Assim sendo, todos andam juntos e de mãos dadas, com a intenção de formar cidadãos conscientes e capazes de lutar pelos seus direitos e tendo consciência de seus deveres.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 214, exige a formulação de Planos Nacionais de Educação. No ano de 2001, tornou-se, oficialmente, o PNE (Lei nº 10.172/2001). Ele foi elaborado para atender a requisitos que acolham as melhorias educacionais. Porém, poucos avanços foram alcançados; os resultados mostraram-se abaixo do esperado.

Com a intenção de melhores rendimentos, em 25 de junho de 2014, estruturados em lei, foi sancionado o novo (PNE lei nº 13.005/2014), plano atual vigente que determina os novos princípios fundamentais da educação brasileira. Totalmente democrático, o mesmo tem metas, diretrizes e estratégias a serem cumpridas, e é reorganizado a cada dez anos e

composto por 10 diretrizes que norteiam o caminho que as escolas devem seguir. São 20 metas que traduzem aquilo que se quer alcançar e mais de 250 estratégias a respeito do que fazer para alcançar essas metas. O plano também tem quatro estâncias que avaliam as metas e o seu monitoramento, que são: Ministério da Educação (MEC), o Conselho Nacional de Educação (CNE), a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, o Fórum Nacional de Educação e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que publica um relatório de monitoramento das metas a cada dois anos.

As políticas públicas devem conhecer todas as metas existentes no PNE a fim de discutir as hipóteses de melhorias e obrigatoriedade existentes, com responsabilidade para criação de mecanismos para alcance dos objetivos propostos. O PNE, na sua meta 19, assegura condições no prazo de dois anos para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União.

Uma das grandes preocupações da meta 19 do PNE é justamente o modo como é feita a gestão na prática, como serão escolhidos os gestores escolares. Ela procura evitar a indicação política, buscando profissionais capacitados e formas de escolhas por mérito e desempenho profissional. São eles, os gestores, que fazem um grande diferencial no funcionamento da entidade educacional. Quando escolhidos de forma incorreta, isso pode trazer enormes falhas. Muitos confiam na proteção política, e, na maioria das vezes, abusam do poder. Mas também existem aqueles que deixam de fazer um bom trabalho por se sentirem presos ao apoio político, o que reflete no funcionamento da comunidade. O objetivo da meta 19 do PNE é, portanto, que as escolas públicas tenham uma gestão coerente, com princípios de cidadania, liberdade e convivência social, que luta em prol do bem comum, seguindo todas as orientações específicas em lei.

Como a meta 19 do PNE busca a participação ativa de todos os que a compõem, pode-se mencionar a família, o espaço que ela ocupa na escola do filho. O diálogo com os professores e com a direção deve ser constante, ainda que haja os que não se sentem responsáveis por tal dever. Entretanto, a escola como conhecedora desses preceitos deve estar atenta a essas demandas, marcar reuniões com antecedência, pensando naqueles responsáveis que possuem outras atribuições, planejar uma maneira para que a maioria participe, e organizar outro momento para aqueles impossibilitados por motivos de conhecimento da escola possam participar, e esteja sempre pronta para recebê-los, uma vez que escola e família são interdependentes.

É essencial que os professores tenham suas ideias avaliadas de acordo com os parâmetros educacionais, para alcance dos resultados positivos. Os demais funcionários devem ser considerados parte importante, tendo, também, a chance de manifestar seus conhecimentos para saber dialogar e participar, pois em todos os setores deve existir harmonia, direitos assegurados e deveres cumpridos, fazendo da instituição um lugar no qual sintam-se bem, tendo em vista que a maioria passa boa parte do dia no trabalho. Os alunos devem se sentir seguros e confiantes, tendo oportunidades de atuar e participar no meio que estudam. Os instrumentos de aprendizagem precisam ser favoráveis e acessíveis ao desenvolvimento dos alunos e professores, facilitando o trabalho pedagógico.

A escola é um espaço que exige muito dos profissionais, pois falamos em educação que ensina a ler e a escrever, mas também estamos nos referindo à educação que transmite valores de bons cidadãos, com convicção de seu dever e responsabilidade de ser consciente.

Quando se fala em formar pessoas, é possível citar, por exemplo, sujeitos com pensamento crítico. Porém, é necessário entender essa definição. As críticas a que a educação se refere são de forma construtiva, de modo que a escola consiga preparar o aluno para ser um bom profissional, pensante e social, com certa base de conhecimentos para analisar, construir e compreender as ações para tomada de decisões, com foco no coletivo, pois os profissionais devem sempre buscar o melhor para a entidade na qual trabalham.

Gadotti (1992, p. 61-69), indica algumas ideais que devem orientar a gestão democrática de uma escola. “São eles: a comunicação direta, à Autonomia da escola e a avaliação permanente do desempenho escolar”.

A escola deve estar sempre avaliando suas ações, para que possa ajustar as falhas e investir no que está fluindo, pois não pode se deixar levar pela tradicional, deve buscar evoluir; deve sempre buscar inovar suas ações pedagógicas, uma vez que ensinar é ter em mente que o aprendizado deve ser constante; para isso, o educador tem à sua disposição mecanismos para aprimoramentos, a exemplo da formação continuada, que vem agregar novas metodologias de ensino-aprendizagem.

A meta 16 do PNE trata justamente da formação continuada dos profissionais da educação como uma das formas de valorização do magistério e melhoria da qualidade do ensino, encarando o conhecimento como um projeto contínuo. Sendo assim, o professor, coordenador e gestor escolar devem ser cientes de que sua profissão é inovadora. Caso contrário, os profissionais perdem o estímulo e ficam para trás. Nos dias atuais, se o professor não for dinâmico, pode ser difícil o seu lecionar. Este aspecto pode contribuir para a repetição de série e a evasão escolar, acarretando problemas para a escola, alunos e a família.

Segundo Paro (2001), “a gestão da escola pública só vai mudar e tornar-se democrática, de fato, se a comunidade escolar estiver consciente da força de ação de sua união”. É esse o modelo de escola que está sendo exigido nas normas da educação: instituições que reconheçam a importância da forma de trabalho em comum como meio de avanço para a comunidade escolar. De acordo com Gadotti e Romão (1997, p. 16), a participação é extremamente necessária e influente na democratização da gestão e na melhoria da qualidade de ensino. O autor defende a integração como aliada no desempenho escolar, tendo em vista que o maior interesse da escola deve ser sempre o aluno. Todas as ações devem refletir no aluno. São eles os maiores protagonistas da escola, e precisam ser estimulados em seus projetos de vida.

Muitos alunos encontram na escola um espaço para mostrar seus sentimentos. A vida familiar do aluno reflete em seu comportamento na sala de aula, em sua convivência com os colegas, professores e no desempenho escolar. Deste modo, a escola deve estar sempre atenta a esses sinais. Quando um professor percebe algo diferente em algum aluno e busca a ajuda da escola, o problema não é entre o professor e o aluno, e sim, da escola, juntamente com a família, com a intenção de encontrar meios para ajudá-lo, como força conjunta de pessoas que cuidam de gente, seres humanos em fase de construção. A educação básica tem uma responsabilidade muito grande, porque é exatamente nessa fase da vida que se forma a base do homem: a gestão democrática vem somar e fortalecer os vínculos afetivos e educativos. Já a educação superior vem depois, quando esses indivíduos já têm uma visão de vida possivelmente formada, o que não significa que ela não precise de boa estrutura educacional, com os mesmos mecanismos e qualidade em sua organização.

Após entender que a educação necessitava de avanços, o governo concentrou-se no fortalecimento dos entes Federados (União, estados e municípios) valendo-se da Constituição de 1988. Organizando-se no final da década de 90, exigiu também a busca por profissionais qualificados, o que está assegurado na LDB. Art. 64.

A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica deve ser feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantindo, nesta formação, a base comum nacional (BRASIL, 1996), com novas estratégias na busca de valores, habilidades e conhecimentos, justamente na luta por melhor qualidade de ensino.

De acordo com a Constituição Federal, Art. 206, o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VI- Gestão democrática no ensino público na forma da lei. Podemos ver que a Constituição Federal estabelece normas de maneira geral, já a LDB será bem mais exigente no que se refere à administração coletiva, no seu Art.3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VIII- Gestão democrática do ensino público em forma desta Lei e da legislação do sistema de ensino. Art. 14º: os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática; I- participação dos profissionais da educação na elaboração das propostas pedagógicas; II- a participação da comunidade escolar e local em conselhos ou equivalentes. Esses conselhos são os grêmios estudantis, as associações de pais e mestres e demais membros que compõem a instituição. Todos fazem parte desse conjunto de ações participativas e construtivas, a Lei de Diretrizes e bases (LDB. Art. 15º). Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

A escola também precisa administrar pedagogicamente a gestão financeira pensando sempre no aluno. Dentro da forma de gestão democrática, existe o Plano Político Pedagógico, que teve início na década de 90 com a necessidade de aprimorar o desenvolvimento da entidade escolar no sentido de direcionar as práticas pedagógicas e o regulamento da escola. Segundo VEIGA (1998), a construção do PPP é marcada por três atos distintos: ato situacional, no qual se descreve a realidade da escola; ato conceitual, que diz respeito à concepção de sociedade e de homem que se pretende formar; e ato operacional, que consiste na operacionalização das ações e que vem embasar a identidade da escola, o que se pensa para o futuro da comunidade.

Conforme Libâneo (2001. P. 125.), o projeto pedagógico “deve ser compreendido como instrumento e processo de organização da escola”, ou seja, é o documento que vai direcionar todas suas ações. Ele deverá ser atualizado a cada ano, tendo em vista que as realidades são ajustadas com as mudanças progressivas que ocorrem. Para a formação do PPP, não há obrigatoriedade dos membros, ou seja, cada membro deve ser um conselheiro de livre e espontânea vontade, desde que tenha disponibilidade e compromisso com sua função. Esses componentes são amostra de todos os que fazem a escola: pais, alunos professores e funcionários. Isso implica que as pessoas que compõem o conselho devem ter entendimento, ou seja, não ser leigos ao conhecimento escolar, para saber se posicionar, pois são eles que irão construir o documento que irá direcionar a organização da escola.

Como afirma Gadotti (1994, p. 2.), “a gestão democrática da escola exige uma mudança de mentalidade de todos os membros da comunidade escolar”. O autor reafirma como deve ser bem estruturada a formação que construirá o PPP, pois, nele, está o planejamento da história que a escola deseja construir. O gestor escolar como integrante do conselho que organiza o PPP deve agir como líder, deixando de lado aquele velho modelo que era usado nos tempos da ditadura militar, onde o gestor era configurado como um ditador, de modo que não respeitava os limites impostos pela entidade. Essa figura de gestor ficou marcada na mente das pessoas, e é preciso que ele seja bem preparado para não se ver nessa posição, de “gestão é uma função destinada apenas ao diretor”, quando, na verdade, é responsabilidade de todos. Um bom líder direciona o caminho que se deve percorrer, auxilia

sua equipe com equidade. Como diz o filósofo, escritor e educador Mario Sergio Cortella, “²um líder corrige sem ofender e orienta sem humilhar”.

Um gestor, seja ele escolar ou não, precisa saber lidar com pessoas de vários segmentos. Isso implica dizer que não é uma função fácil, por isso precisa saber dialogar com prudência em todas as situações, entender cada membro, sabendo distinguir a diferença entre grupo de pessoas e equipe de trabalho, para prosseguir o andamento subsequente, respeitando as decisões da maioria, estando sempre aberto ao entendimento conciso, a fim de alcançar resultados positivos, voltado para a formação de valores, que é justamente o papel da escola.

Segundo Souza (2009), sem diálogo, não há espaço para a contradição, para o pensamento diferente, para a diversidade de opiniões, o que significa que, sem contradição, sem diversidade, não há democracia. E, assim, podemos entender como a democracia tem força numa instituição de ensino, pois ela é direcionada para a visão comum, oferecendo, dessa forma, maiores requisitos para seu desenvolvimento.

Diante de tudo o que já foi exposto, pode-se entender que foram grandes as lutas para a educação obter espaços na sociedade. As conquistas vêm sendo satisfatórias, mas, mesmo assim, ainda é necessário alcançar melhores resultados.

O Estado percebeu a necessidade de buscar o retorno desses investimentos, ou seja, o governo quer saber se está tendo resultados positivos. Em 2007, foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que tem como meta medir os índices de aprendizagens e tudo o que se refere à escola em ganhos e perdas. Ele é aplicado a cada dois anos – apenas nos ímpares –, sendo divulgados os resultados nos anos pares, através do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Para os anos iniciais até os anos finais do ensino fundamental, houve atualizações no ano de 2019, com o início da avaliação nas creches e pré-escolas. Esse não será aplicado através de prova, e, sim, por meio de identificação da média das crianças que estão matriculadas na escola nessa faixa etária. As escolas privadas têm a participação em forma de amostra, enquanto as públicas participam desde que a turma seja a partir de dez (10) alunos, seja na zona urbana ou rural. No ensino médio, são aplicados testes de Língua Portuguesa e Matemática para estudantes das 3^a e 4^a séries do ensino médio tradicional e integrado. Diretores e secretários de educação respondem a questionários eletrônicos, professores e estudantes respondem a questionários em papel. Entretanto, essas provas precisam ser bem aplicadas, com o intuito de que o resultado seja realmente ético, sem oportunidade para alteração nos termos. (MEC-INEP)

O Plano Nacional de educação (PNE) é organizado por 20 metas a serem cumpridas. A meta sete (07) tem como finalidade alcançar melhorias no fluxo de aprendizagem em todas as etapas e modalidades da educação básica, para atingir a média nacional do IDEB, que é média 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental e 5,2 no ensino médio, todas previstas ainda para o ano de 2021. (PNE-MEC, Conhecendo as 20 Metas). Vale salientar que essas metas vêm aumentando a cada ano, tendo o índice maior na primeira fase do ensino fundamental, e, assim, segue às pesquisas, dando sua contribuição para o fortalecimento do ensino e acompanhar o desenvolvimento da educação, que é o futuro do nosso País.

Criado em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tem o objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes ao fim da escolaridade da educação básica, dando subsídios para o ingresso no ensino superior. São várias as universidades públicas disponíveis

2 Mario Sergio Cortella, “um líder corrige sem ofender e orienta sem humilhar”.
<https://www.revistapazes.com>. 03 de julho 218

para abraçar esses alunos de acordo com os conhecimentos dos estudantes obtidos no resultado da prova do ENEM.

Com base nas legislações alhures citadas, é perceptível que a evolução educacional no Brasil, em específico a qualificação dos profissionais em educação, em todos os níveis, é resultado de ações conjuntas – sociedade, Estado e Escola – que conquistaram garantias positivadas em leis, com o intuito de proporcionar maior efetividade às práticas de gestão escolar.

É mister reconhecer que ainda falta muito para se chegar à gestão educacional ideal (aquela que proporciona uma escola que cumpra não só a função educacional, mas também de suporte para crianças e adolescentes), mas já é notório a evolução gestora, pautada no atingimento de metas e resultados satisfatórios em fiscalizações.

Por fim, é possível entender que as melhorias obtidas na educação são frutos de muitos esforços que vêm sendo feitos através de uma estrutura bem organizada, na qual cada um faz sua parte. Os resultados estão gerando lucros significativos. Contudo, a educação ainda luta por mais rendimento, para, assim, alcançar a média dos países desenvolvidos.

2.1 Descrição da Escola Bartolomeu maracajá quanto à prática de gestão democrática

Diante do que foi estudado, se fez necessário relatar a realidade da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Bartolomeu maracajá, localizada na cidade de São José dos Cordeiros, PB. A criação desta escola foi regulamentada através da lei 64/67, pelo decreto de criação número 1.251 de 12/06/1984.

Todas as ações realizadas por este estabelecimento escolar seguem as diretrizes e normas da Secretaria de Estado da Educação e Cultura, sob a orientação da 5ª Gerência Regional de Educação, órgão responsável pela educação no cariri paraibano, sediada na cidade de Monteiro, PB.

A partir das realidades encontradas na escola, foi possível observar que ela atua na educação básica de ensino fundamental I, II e médio. A instituição é constituída por sete funcionários de apoio, um diretor, uma secretaria, onze docentes e trezentos e sessenta e sete (367) alunos, funcionando em dois turnos, manhã e tarde. O atual gestor é um professor graduado com mais de 30 anos de experiência como docente. Seu ingresso se deu através de indicação do conselho escolar, e subsequente aprovação da 5ª região de ensino, que é a Gerência Regional de Educação.

A entidade é regida pelos documentos que determinam as leis que regem a educação, Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), sendo elas: Conselho da escola, que foi implantado no dia 15 de março de 1996, seguindo a orientação do decreto Nº. 18.068, de dezembro de 1995, que é um órgão de deliberação coletiva sem fins lucrativos. Enquanto Órgão superior, o conselho da Escola é atuante, pois busca sempre cumprir com sua finalidade, que é promover e apoiar a ação integrada dos setores técnicos, pedagógico e administrativo que compõem a unidade escolar.

O Plano Político Pedagógico (PPP) é analisado, discutido e aperfeiçoado anualmente, ou sempre que necessário, com a perspectiva de construir e manter uma escola de qualidade. A escola conta, também, com o conselho de classe, que tem o compromisso de se reunir para

discutir os rendimentos dos alunos no final de cada bimestre, repassando para os pais o boletim informativo. As reuniões de pais e mestres são bem articuladas e marcadas com antecedência, dando a oportunidade dos envolvidos se organizarem. A escola também tem horários disponíveis para os responsáveis impossibilitados de estar presente nas reuniões por motivos maiores, sempre que houver necessidade.

A prática de gestão da escola é bem organizada, uma vez que a mesma procura respeitar o regimento escolar. Para melhor avaliar as práticas da entidade de ensino, foi possível verificar o desempenho da escola, utilizando as notas do IDBE, comparando-as às dos anos anteriores:

Em dados da aprovação do IDEB iniciais e finais do ensino fundamental, verificou-se que, de 2011 a 2017, houve elevação dos dados de aprovação do IDEB nos anos iniciais e que se mantiveram nos anos finais.

Na aprovação do IDEB nos anos iniciais, pode-se perceber que houve uma evolução de 4,70 para 5,50, entre 2011 e 2017, o que significa que a escola está progredindo no seu desenvolvimento, mantendo-se com a média nacional, que é alcançar a média 6,00 até 2021. FONTE-IDEB

Entre os anos de 2011 e 2017, os dados tiveram pouco rendimento (4,45 para 4,38), dando a entender que os métodos utilizados nos anos finais do ensino fundamental precisam ser reavaliados. Porém, é considerável, uma vez que houve evolução. Como podemos ver, esse índice confere com a média nacional que está prevista para 5,55, até 2021. (FONTE-IDEB)

2.2 Desafios da escola em tempos de pandemia

Nos últimos meses, a educação vem enfrentando grandes desafios. O ano de 2020 iniciou normalmente em todos os estados e municípios do Brasil. O que ninguém imaginava era que aqueles noticiários de jornais que falavam do novo Coronavírus (Covid-19) se tornariam algo tão próximo, e, para a surpresa de todos, de uma hora para outra, tudo mudou, e as aulas presenciais foram suspensas. Contudo, a educação e a família pensaram que o fato duraria poucas semanas, e que logo tudo voltaria ao normal. Para o anseio de todos, após meses, a situação ainda se estende até a data do depósito do presente trabalho.

Com isso, neste momento de pandemia, o grande objetivo é manter a segurança dos alunos, da família e da equipe escolar. Como medida de proteção, a escola Bartolomeu Maracajá permanece sem suas atividades presenciais. Deste modo, a maioria teve de adotar meios e novos métodos de ensino. O gestor escolar, como líder da instituição de ensino, tem o papel muito importante nestes momentos. Ele precisa manter-se informado sobre as reais situações e realidades da pandemia, além de preparar sua equipe para desafios desconhecido por todos, seja professor, aluno ou a família, que deve apoiar os alunos nesse novo cenário educacional.

Os professores têm se mostrado bastante envolvidos com o atual momento, como sempre foram e serão ao longo da história da educação. Tiveram de adaptar-se às novas ferramentas de ensino, o que, para uma grande porcentagem deles, não está sendo uma tarefa fácil. Entretanto, o mais difícil tem sido a falta de contato físico. São muitos os desafios encontrados, pois a diversidade do alunado é grande. Nos anos iniciais do ensino fundamental, a cada ano, inicia-se uma nova turma com diferentes professores, que, por sua vez, já conhecem um pouco os alunos, de acordo com informações passadas pelo professor anterior. Pensando nisso, buscou-se compreender como estava se dando o desenvolvimento

dos alunos. De acordo com relatos dos professores, os estudantes tiveram poucos dias letivos no ensino presencial, não sendo possível identificar as dificuldades e avanços de cada aluno. Para eles, é uma avaliação muito difícil, pois não se sabe a forma de auxílio que esses alunos estão tendo para chegar aos resultados das atividades, que, por sua vez, chegam aos professores de maneira basicamente pertinente. Essa faixa etária do ensino fundamental apresenta dificuldades quanto às medidas adotadas, porém um pouco menor, comparando-se a outras faixas etárias de ensino. O motivo se dá por se tratar de alunos que residem na zona urbana.

Nos anos finais do ensino fundamental, tem sido mais complicada a adaptação à nova realidade. Muitos residem na zona rural, de difícil acesso, em termos de distanciamento e de comunicação. Alguns alunos não têm acesso à internet, que está sendo uma forte aliada da escola nesse período, sendo necessário, nestes casos, a utilização de atividades impressas. A escola tem o entendimento de que esses alunos não podem ser prejudicados.

Além disso, também existem outras dificuldades que os professores vêm enfrentando com alguns alunos que não têm o compromisso de estudar e se manter atualizados e correspondendo com as expectativas da escola. É preocupante ajudar aos alunos que não estão se dedicando ao ensino remoto. Alguns participam com grande responsabilidade; outros alternam as disciplinas, fazem uma atividade, outra não, colam frases e textos da internet, não se dando a oportunidade de pensar, ou seja, é uma realidade que os professores anseiam por superar. Ser professor é ter em mente que o aprendizado é constante, mas se adaptar a uma realidade de ensino tão complexa não está sendo fácil, mesmo eles sabendo que estão dando o melhor de si e transmitindo da melhor maneira os conhecimentos, a fim de alcançar bons resultados com os alunos.

Segundo relatos dos professores da Escola Bartolomeu Maracajá, esse período que a escola tem enfrentado precisa ser avaliado com bastante atenção, sendo necessário, num retorno às aulas presenciais, uma retrospectiva desses conteúdos passados durante esses meses de ensino remoto. A educação básica não está preparada para isso, assim também como os professores.

O ensino remoto tem sido o único meio viável neste momento, apenas por falta de condições para o ensino presencial, mas o espaço escolar e a presença física são muito importantes no aprendizado, porque não podemos citar apenas o aprender o conteúdo em si: o convívio com o outro, a troca de experiências, as diferenças, os pontos de vista, são o que formam a construção da identidade social, e a escola é quem promove a construção cidadã do ser humano, proporcionando o primeiro contato que a criança tem fora do núcleo familiar em que está inserida, desde o nascimento.

METODOLOGIA

Esta sessão trata dos métodos aplicados à pesquisa realizada. Foi realizada uma metodologia descritiva, com abordagem qualitativa, com a intenção de descrever como é feita a forma de gestão na prática na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Bartolomeu Maracajá, situada na cidade de São José dos Cordeiros, PB.

Para a análise desta pesquisa, foram desenvolvidas pesquisas bibliográficas, utilizando-se diversos materiais, como livros, artigos científicos, e documentos com os princípios da educação. Segundo Gil (1998, p, 48), a pesquisa científica deve ser elaborada

através de material já produzido e construído, tais como artigos científicos, livros e documentos que regem as Leis, onde temos como referência as citações no decorrer deste trabalho. Para melhor atender este estudo foi essencial analisar os documentos que regem a prática escolar por meio de busca direta com a direção e alguns professores da referida escola.

Portanto, se fez necessário descrever o cotidiano escolar, quanto à inserção da administração, os principais instrumentos existentes na escola, de acordo com as leis educacionais, como também a participação ativa de todos os que a compõe o e rendimento do ensino com fontes seguras do IDEB, fazendo uso da pesquisa de campo *in loco*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o início deste trabalho de pesquisa, percebeu-se a necessidade de se estudar sobre o funcionamento da escola quanto à forma de gestão e a qualidade de ensino, levando-se em conta as normas existentes nas leis que regem a educação. Diante dos resultados obtidos, constatou-se que o objetivo geral desta pesquisa foi atendido, porque a mesma atende à Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), como também o PNE lei nº 13.005/2014), plano atual vigente.

Foi identificado que o funcionamento da escola se dá através das orientações contidas no regimento escolar e no Plano Político Pedagógico (PPP), assim como todas as ações que a integram. Constatou-se, também, que as práticas da escola são sempre realizadas em favor dos alunos, sendo eles os protagonistas da escola, que teve seus resultados demonstrados através das notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que por sua vez acompanha a média nacional e vem evoluindo a cada ano. Para melhores resultados, atende as famílias durante todo ano letivo, por meio de informações e melhorias para os alunos. Para melhor realizar esta descrição, buscou-se informações sobre o momento de pandemia que estamos passando. Todavia, é difícil obter resultados concretos, ficando esses para volta às aulas.

Diante da metodologia, percebe-se que o trabalho poderia ter sido uma pesquisa mais ampla, abordando questões relacionadas a dificuldades e limitações. Será que, diante desses resultados, mesmo eles sendo positivos, existe, na verdade, a forma de trabalho em conjunto? Partindo para o período de pandemia, o que a escola tem feito para manter o contato ativo com os estudantes é apostar na família, sendo a mesma o ponto de apoio entre os alunos e a escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 9.394/96, 20 dezembro de 1996. **Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

© Ministério da Educação / **Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE)**, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Micro dados Prova Brasil 2015**. Disponível em: < <http://inep.gov.br/microdados> >. acesso em: 30 de Mar. de 2020.

O PNE 2011-2020: metas e estratégias. Brasília: Ministério da Educação, 2011. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema11/gestao-democratica-no-pne-ana-vaeska>

SOUZA, A. R.; GOUVEIA, A. B.; SCHNEIDER, G. **Índice de condições de qualidade educacional: metodologia e indícios**. *Estudos em Avaliação Educacional*, v. 22, n. 48, p. 115-36, jan./abr. 2011. <https://doi.org/10.18222/eae224820111999>

GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã**. São Paulo: Cortez. 1992. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/11162/1/ESSS14062018.pdf> . Acesso em 10 de outubro de 2020.

GADOTTI, Moacir. **Gestão Democrática e Qualidade de Ensino**. In Minas centro, Belo Horizonte – MG. 28 a 30 de julho de 1994. Disponível https://www.fundaj.gov.br/images/stories/epepe/IV_EPEPE/t5/C5-02.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2020.

GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José E. (Org.) **Autonomia da escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez. 1997. < <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/11162/1/ESSS14062018.pdf> > Acesso em 15 de dezembro de 2020.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública** – São Paulo: Ática, 2001.
LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola**. Goiânia: Alternativa, 2001.

GIL, A. C.; **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. – São Paulo, Atlas, 1999.
_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.